

Juizados Especiais aceleram punições

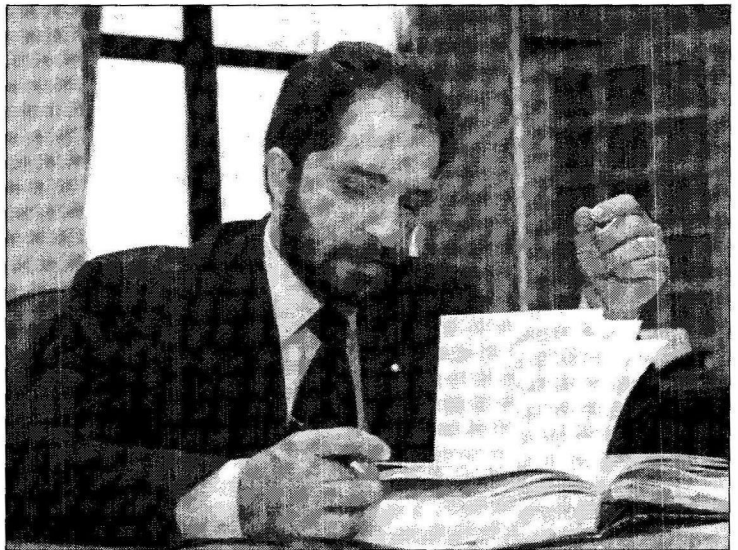
ADRIANO MACHADO

PEQUENOS DELITOS SÃO JULGADOS COM RAPIDEZ. ADOÇÃO DE PENAS ALTERNATIVAS É ESTIMULADA

Jairo Viana

O combate à prática de crimes incomuns ou de menor potencial ofensivo, definidos pela Lei de Contravenções Penais - que havia se tornado letra morta -, foi revigorado com a criação dos Juizados Especiais Criminais. "A punição do delito menor inibe o cometimento de outro maior e acaba com o sentimento de impunidade difundido na sociedade", avalia o coordenador dos Juizados Especiais Criminais, juiz Ben-Hur Viza. Antes dos tribunais especiais, os crimes menos graves ficavam aguardando diligências, resultado de recursos e, na maioria das vezes, prescreviam, pois as penas aplicadas são de curto prazo.

Os Juizados Especiais Criminais julgam as ações com rapidez (na hora ou no máximo em 45 dias), evitando, com isso, a prescrição da pena, como ocorria antes,



JUIZ Ben-Hur: "Punir pequenos delitos inibe crimes maiores"

devido ao grande volume de processos julgados nas varas criminais. Eles atuam informalmente, aplicam penas alternativas, ou seja, as restritivas de direito, como a prestação de serviços à comunidade, que substituem as privativas de liberdade (prisão). As penas alternativas são consideradas pelo juiz Viza "um passo à frente na aplicação do Direito". Para ele, "a prisão não é remédio para todos os males", como provam as ações do dia a dia.

As penas alternativas dão uma resposta imediata à comunidade. Evitam o preconceito social em relação ao ex-

presidiário e a convivência de pessoas socialmente recuperáveis com presos perigosos e reincidente. "Com a pena alternativa, o infrator recebe um castigo, mas pode refazer a vida", explica.

Criados pela Lei 9.099/95, os primeiros Juizados Especiais Criminais do DF entraram em funcionamento em outubro de 1998. Eles cuidam dos crimes e contravenções penais com penas que vão até um ano de detenção e que podem ser substituídas pelas restritivas de direitos, como prestação pecuniária, perda de bens e valores e prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

O manual das penas

CONTRAVENÇÕES PENAIS

Delito

Vias de fato = briga (artigo 21)
Fabricar ou vender gazua - usada para praticar furtos - (artigo 24)
Disparar arma de fogo em local público (artigo 28)
Omissão de cautela na guarda de animais (artigo 31)
Provocar tumulto (artigo 40)
Perturbar o trabalho ou sossego (artigo 42)
Recusar de moeda de curso legal (artigo 43)
Fingir ser funcionário público (artigo 45)
Exercício ilegal de profissão (artigo 47)
Jogo de azar (artigo 50)
Jogo do bicho (artigo 58)
Vadiagem (artigo 59)
Mendicância (artigo 60)
Embriaguez (artigo 62)
Servir bebida alcoólica a menor de 18 e pessoa bêbada (artigo 63)
Crueldade contra animais (artigo 64)

Pena

Prisão de 15 dias a três meses ou multa
Prisão de seis meses a um ano
Prisão de um a seis meses
Prisão 10 dias a dois meses
Prisão de 15 dias a seis meses
Prisão de 15 dias a três meses ou multa
Multa
Prisão de um a três meses
Prisão de 15 dias a três meses
Prisão de três meses a um ano
Prisão de quatro meses a um ano
Prisão de 15 dias a três meses
Prisão de 15 dias a três meses
Prisão de 15 dias a três meses ou multa
Prisão de dois meses a um ano
Prisão de 10 dias a um mês

CÓDIGO PENAL

Lesão corporal (artigo 129)
Constrangimento ilegal (artigo 146)
Ameaça (artigo 147)
Causar dano a coisa alheia (artigo 163)
Praticar ato obsceno em local público (artigo 233)
Cometer adultério (artigo 240)

Detenção de três meses a um ano
Detenção de três meses a um ano
Detenção de um a seis meses
Detenção de um a seis meses
Detenção de três meses a um ano
Detenção de 15 dias a seis meses